

A MÁSCARA MORTUÁRIA NO EGITO ROMANO: EMARANHAMENTOS E ESPACIALIDADES¹

Márcia Severina Vasques²

Resumo: *As máscaras mortuárias produzidas no Egito Romano variaram de formato e estilo conforme a região, tanto em relação à temporalidade quanto à sua localização. Uma das transformações mais notáveis na sua confecção foi a inserção da face do morto como se fosse uma escultura, feita de gesso, uma forma de representação do morto diferenciada daquela do Egito faraônico e mesmo ptolomaico. Seguindo a teoria do emaranhamento de Philipp Stockhammer, podemos conceber que as trocas culturais entre a cultura egípcia, a grega e a romana propiciaram estas simbioses vistas no material funerário. No entanto, ainda resta explicar o porquê desta variação regional e local. Tendo como base as discussões sobre as espacialidades, propomos duas vertentes complementares como suporte de análise. A primeira diz respeito aos estudos na perspectiva da história global e local e o conceito de “glocalização”, de Richard Hingley. A segunda, com base nas ideias de Jörg Rüpke, trata da religião urbana e do agenciamento do espaço. Defendemos a hipótese de que a divisão territorial do Egito e as possibilidades de conectividade com a área do Mediterrâneo (e outras áreas marítimas), juntamente ao fenômeno da urbanização, que ocorreu no Egito no período de domínio romano, propiciou a propagação de motivos iconográficos greco-romanos que, no caso das máscaras, foram incorporados aos elementos materiais do âmbito funerário. Esses motivos iconográficos espelhariam, de certa forma, o modo de vida urbanizado da época imperial romana em território egípcio, ainda que adaptado à cultura local.*

Palavras-chave: *Egito Romano; Espacialidade; Emaranhamento; Máscaras mortuárias.*

THE BURIAL MASK IN ROMAN EGYPT: ENTANGLEMENTS AND SPACES

Abstract: *The burial masks produced in Roman Egypt varied in shape and*

¹ Recebido em 17 de julho de 2024 e aprovado em 21 de agosto de 2004.

² Professora associada IV do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). ORCID: 0000-0002-3633-143X. E-mail: marcia.vasques@ufrn.br.

style depending on the region, both in relation to temporality and location. One of the most notable transformations in its creation was the insertion of the dead person's face as if it were a sculpture, made of plaster, a form of representation of the dead different from that of Pharaonic and even Ptolemaic Egypt. Following Philipp Stockhammer's entanglement theory, we can conceive those cultural exchanges between Egyptian, Greek and Roman cultures led to this symbiosis seen in funerary material. However, the reason for this regional and local variation still remains to be explained. Based on discussions about spaces, we propose two complementary aspects as support for analysis. The first concerns studies from the perspective of global and local history and Richard Hingley's concept of "glocalization". The second, based on the ideas of Jörg Rüpke, deals with urban religion and the agency of space. We defend the hypothesis that the territorial division of Egypt and the possibilities of connectivity with the Mediterranean (and other maritime areas), together with the phenomenon of urbanization, which occurred in Egypt during the period of Roman rule, led to the spread of Graeco-Roman iconographic motifs that, in the case of masks, were incorporated into the material elements of the burial context. These iconographic motifs would, in a certain way, mirror the urbanized way of life of the Roman imperial era in Egyptian territory, although adapted to the local culture.

Keywords: *Roman Egypt; Space; Entanglement; Burial masks.*

Nos estudos sobre a cultura material funerária do Egito Romano, muitas vezes nos deparamos com dificuldades de contextualização das peças arqueológicas presentes nos acervos dos museus, frutos de escavações antigas, cuja prioridade não era a contextualização do objeto e sim o seu valor estético ou mesmo sua excentricidade, que interessava mais a um gabinete de curiosidades do que propriamente ao que entendemos hoje como museu. A dificuldade de contextualização traz uma indagação de pesquisa pertinente aos estudiosos da área que diz respeito ao contexto social deste material funerário: quem eram esses indivíduos, por que se utilizavam de uma composição emaranhada, resultado da aplicação de elementos artísticos de origens diversas e que servem a um novo (mas ao mesmo tempo) antigo propósito para o Egito Romano? "Novo" no sentido de serem representativos das identidades locais no contexto imperial do Egito Romano, associadas às condições da vida urbana dos séculos I ao IV EC, e "antigo", por seguir a tradição faraônica de tratamento dos mortos e de crenças funerárias que persistiram até a implementação do cristianismo no Egito e se estenderam até a Antiguidade Tardia.

Uma proposta de análise para esse material, que aventamos em nossa pesquisa, é considerá-lo sob dois aspectos complementares: uma perspectiva espacial quanto à sua distribuição no território egípcio e à presença do

elemento urbano, de origem greco-macedônica e/ou romana. É possível analisar o material funerário egípcio do período romano a partir de uma perspectiva espacial? O que a espacialidade e o fenômeno da urbanização podem nos dizer a respeito das escolhas dos sujeitos, dos agentes envolvidos em um contexto de dominação? Com o objetivo de melhor contextualizar as práticas funerárias no Egito Romano tendo, como objeto de estudo primordial, as máscaras funerárias, apresentaremos algumas discussões teóricas e suas possibilidades de aplicação. No entanto, não é nossa intenção aprofundar a análise contextual e sim traçar um panorama geral com suas potencialidades de pesquisa.

As análises espaciais, para entender o mundo antigo e, em especial, o Império Romano, não são novidade na historiografia. Os estudos de centro e periferia da década de 1980, como é o caso da publicação organizada por Rowlands, Larsen e Kristiansen, *Centre and periphery in the Ancient World* (1987), é um exemplo. A relação entre centro e periferia era, então, considerada desigual, com as áreas dominadas sendo dependentes das suas metrópoles. Dessa forma, a preocupação principal estava voltada para a exploração da periferia pelos centros de poder.

Os estudos sobre Romanização também caminharam pela mesma conceituação, de um centro de poder hegemônico, que controlava a província e a transformava nos moldes urbanizados romanos. Dominação essa que poderia ser comprovada pela presença de construções romanas como fóruns, anfiteatros, estradas, aquedutos etc., as quais seriam exemplos de que os nativos estavam se tornando “romanizados”. A associação do termo Romanização com as ações imperialistas dos Estados modernos, como a Grã-Bretanha e suas colônias na Ásia e na África, gerou críticas entre os especialistas, que passaram a debater a propriedade de seu uso e chegando a propor mesmo o seu abandono (Mattingly, 2011, p. 22).

No decorrer do século XXI e, sobretudo, após o desenvolvimento dos estudos pós-coloniais, passou-se a considerar que existiram várias respostas ao domínio colonial, que a simples dicotomia entre “nativos” e “colonizadores” não correspondia de fato à realidade, sendo que o papel ativo da periferia em relação ao centro passou a ser destacado (Hingley, 2010). A preocupação com a agência local ganhou relevância cada vez maior nas pesquisas da área, muitas vezes combinando o aspecto da análise global com a local, como é o caso, por exemplo, do trabalho de Louise Revell (2009).

Outras perspectivas de análise, como a proposta pelo arqueólogo Philipp Stockhammer (2012), são úteis para pensarmos os fenômenos de emaranhamento, que podem ser observados nos artefatos. Na pesquisa que propomos, queremos observar os emaranhamentos culturais, que são resultado de encontros, sejam esses decorrentes de relações comerciais, de viagens e trocas de objetos e ideias ou de conquistas, no caso do Egito Romano. A questão da espacialidade mostra-se, portanto, pertinente a essa observação. Os portos marítimos, por exemplo, assim como as áreas de metrópoles, com grande fluxo de trânsito de mercadorias, pessoas e ideias, são apontados como áreas mais propícias a emaranhamentos (Ackermann, 2012, p. 19).

Em um primeiro momento, consideramos que quanto mais próximo do Mediterrâneo e da cidade de Alexandria mais emaranhamentos seriam perceptíveis, por causa da proximidade com o porto, um local de intensas trocas comerciais. Dessa forma, a região do Delta, pela proximidade com o mar, teria recebido mais influências externas do que a região do Alto Egito, mais apegada à tradição egípcia do período faraônico e uma área de resistência ao domínio estrangeiro³. Entretanto, para pensar outras áreas do Egito, como a região do Médio Egito, devemos levar em consideração também a proximidade com o Mar Vermelho. Os portos de Berenice e de Myos Hormos, no Mar Vermelho, trocavam mercadorias e bens de luxo com a Índia e áreas próximas. Pelo porto chegavam ao Egito incenso, madeira, pimenta, pérola e mesmo louças indianas, e para a Índia eram enviados produtos como vinhos mediterrânicos e a cerâmica romana conhecida como *terra sigillata*. A Via Nova Adriana, construída pelo imperador Adriano, em 137 EC, tinha por objetivo ser uma estrada que ligava diretamente os portos do Mar Vermelho

³ A região da Tebaida, no Alto Egito, destacou-se pelas revoltas contra o domínio estrangeiro. Conhecemos, pelo relato de Estrabão, a narrativa da revolta que eclodiu contra os romanos no início do domínio romano no Egito, em 29 AEC, sob a administração do prefeito Élio Galo (Strabo, *Geogr.* XVII, 1.53; Capponi, 2005, p. 11; Vasques, 2020, p. 40-41). Mas a região já havia sido palco de revoltas anteriores contra os Ptolomeus. Em um conflito que eclodiu por volta de 207-206 AEC e que se estendeu até 199/198 dois faraós locais foram proclamados. Tais episódios, que se sucederam à morte de Ptolomeu IV Filópator e à ascensão de Ptolomeu V Epifânio ao trono, demonstram que a monarquia lágida, para se restabelecer no poder, precisou negociar com o clero menfita e angariar apoio entre a população nativa. Ptolomeu V foi o primeiro rei lágida a ser coroado em Mênfis, seguindo o protocolo faraônico, conforme atesta o Decreto de Mênfis, popularmente conhecido como Pedra de Roseta (Sales, 2007, p. 50-51; Bowman, 1996, p. 30).

a Antinoópolis (Gates-Foster, 2012, p. 998-999). Essa pólis, fundada em 130 no Médio Egito, era um polo aglutinador entre o norte e o sul (o Baixo e o Alto Egito), além de atuar como ponto de ligação entre o Vale do Nilo e a porção leste do território egípcio, o Deserto Oriental e o Mar Vermelho.

A contextualização espacial é essencial para entendermos os emaranhamentos, definidos por Stockhammer como sendo relacionais e materiais (2012, p. 51-56). No primeiro caso, um objeto estrangeiro pode ser usado em outra cultura, sendo ressignificado. Ele não mudou, o que foi alterada foi a prática social em relação a ele. Isto só é possível percebermos por meio da análise do contexto arqueológico. Já no processo de “emaranhamento material”, temos o desenvolvimento dos objetos emaranhados, que está associado ao processo de “criação material”. Um objeto é criado, novo, combinando o familiar com o estrangeiro. Ele não é o resultado de uma continuidade local, mas das trocas com o outro.

Nas máscaras mortuárias podemos observar os processos de emaranhamento material, pois elas mostram um padrão estilístico romano, com influências também da arte grega e etrusca, e estavam originalmente cobrindo a face de uma múmia, que possuía outras coberturas corporais, de cartonagem ou de tecidos (mortalhas) com elementos simbólicos egípcios e associados à religião funerária que remontava ao período faraônico. Mas, para a compreensão das relações sociais, o fenômeno do emaranhamento precisa ser observado a partir da contextualização dos artefatos, tanto no nível local – das cidades e aldeias – quanto no global, do Império Romano e da relação com o Mediterrâneo. Essa perspectiva de análise que combina o global e o local pode ser definida como “glocalização”, uma conceituação aplicada por Richard Hingley (2005, p. 111) nos seus estudos sobre o Império Romano no contexto da Britânia Romana.

O conceito de “glocalização” dialoga com as discussões atuais que envolvem a ideia de Mediterrâneo e de uma História Conectada, também sintonizada com as teorias que definem a História Global (Conrad, 2016). De certa forma, é uma perspectiva de análise que propicia pensar o Império Romano como uma grande rede de trocas, tanto feitas por mar quanto por terra, conectadas e que levam ideias, objetos e trocas culturais num processo de circularidade. Os estudos sobre um Mediterrâneo conectado já estavam presentes nas obras de Lucien Febvre e de Fernand Braudel, cujas ideias foram revitalizadas e aplicadas à Antiguidade na obra *The Corrupting Sea: a study of Mediterranean History*, de Peregrine Horden e Nicholas Purcell (2000, p. 123).

Em relação às máscaras e a outros materiais que envolviam as múmias, como os retratos pintados, as cartonagens e mortalhas, podemos verificar a sua distribuição conforme as regiões do Egito, notadamente o Delta e o Baixo Egito, a região do Fayum, o Médio e o Alto Egito. A produção do material funerário variou no Egito conforme a sua espacialidade e temporalidade. É possível observarmos as alterações cronológicas e o impacto que o domínio romano trouxe sobre essa produção. Ao mesmo tempo, a sua distribuição geográfica associa-se com as tradições locais das regiões do Egito e as influências externas trazidas por séculos de dominação e estabelecimentos greco-macedônicos e, posteriormente, romanos.

Apesar da dificuldade em estabelecer o local de achado de vários materiais funerários do Egito Romano, existem estudos que permitem considerarmos a sua distribuição geográfica por tipos. Christina Riggs, em importante obra sobre a arte funerária do Egito Romano – *The Beautiful Burial in Roman Egypt* (2005) –, destaca determinados centros de produção de máscaras e caixões do Oásis de Kharga e do Alto Egito, como Akhmim, Meir e Tebas. Na sua tese de doutorado, Vasques (2005) conseguiu mapear as máscaras funerárias e propor a sua distribuição por áreas (Fayum, Médio Egito, Baixo Egito, Alto Egito e os oásis de Kharga e Bahariya)⁴. Já em relação aos retratos funerários, pintados sobre madeira ou tela de linho, sabemos que, embora estivessem presentes por todo o Egito, predominaram no Fayum e na cidade de Antinoópolis (Doxiadis, 2000; Borg, 2012, p. 842; Corbelli, 2006, p. 59), fato que se explica por essa cidade do Médio Egito estar relacionada estreitamente com o Fayum, por ter sido povoada por famílias oriundas, em sua maioria, do nomo arsinoíta (Vasques, 2005, v. 1, p. 81).

Podemos observar nas figuras de 1 a 3 a evolução dos tipos de máscaras do final do período ptolomaico para o início da época romana. A Figura 1 representa uma máscara de cartonagem típica do período ptolomaico, enquanto a da Figura 2, do período de transição entre os séculos I AEC e I EC, apresenta mechas do cabelo abaixo do toucado, uma influência da arte grega. Já a Figura 3 data do final da Dinastia Júlio-Cláudia (50-70 EC). A mulher representada, de nome Afrodite, usa uma túnica com *clavus* (faixa vertical) e o seu penteado segue a moda da família imperial romana sendo,

⁴ Para uma distribuição mais detalhada das máscaras no território egípcio, ver gráficos da tese (Vasques, 2005, p. 124-126) e o clássico trabalho de Günter Grimm (1974). Para uma distribuição das máscaras por temporalidade, consultar também Aubert e Cortopassi (2004).

inclusive, uma das formas de datação da peça. Concomitante a ela e da mesma localidade, Fayum, temos um retrato funerário próprio do período romano e que, inserido entre as bandagens da múmia, cumpria função semelhante à da máscara. As Figuras 5 e 6 são demonstrativos da produção do Médio Egito, do século II EC. Dessa região são comuns as máscaras de gesso, semelhantes a esculturas, cuja cabeça erguida sobre o corpo mumificado dá a impressão de que o morto está se levantando. Esse tipo de máscara vinha junto com um painel de madeira ou gesso, disposto sobre o peitoral do morto, com as mãos reproduzidas em relevo (Figura 5).

Figura 1
Máscara de múmia



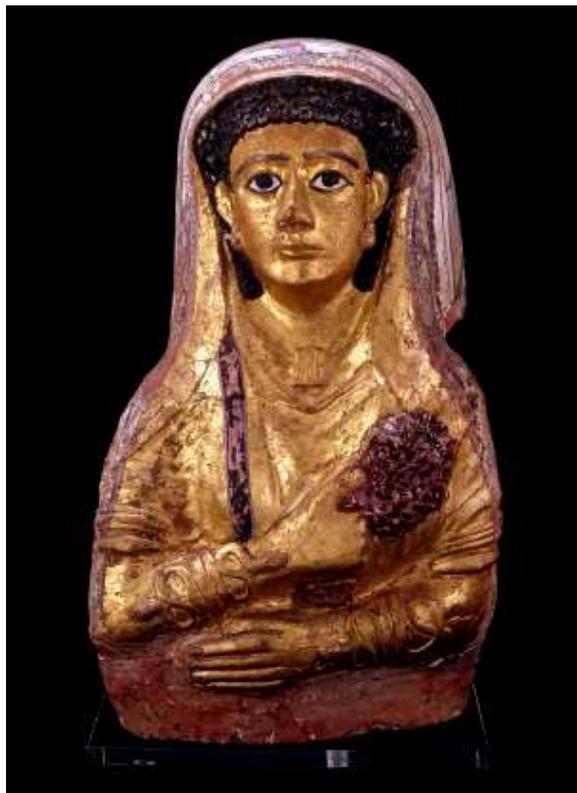
Acervo: Museu Britânico
Número de inventário: EA50668
Proveniência: Atfih (Giza)
Datação: período ptolomaico
©The Trustees of the British Museum
shared under a Creative Commons
Attribution-NonCommercial-
ShareAlike4.0International (CCBy-
NC-SA4.0) licence.

Figura 2
Máscara de múmia (reprodução)



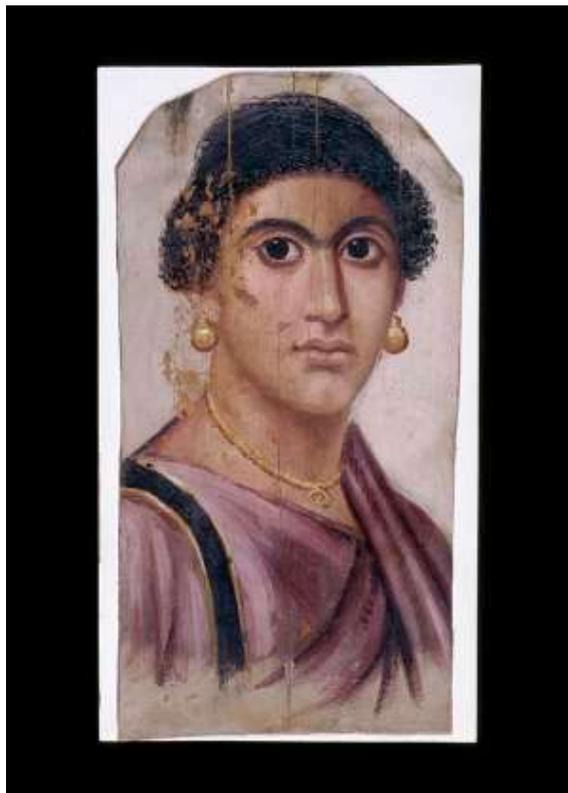
Acervo: *Brooklyn Museum*
Número de inventário: 72.11
Proveniência: Hawara, Fayum
Datação: séc. I AEC – I EC
Desenho: Camila Vasques da Silva
Fonte: Grimm (1974, p. 46, tafel A);
Vasques (2005, v. 2, p. 10, Figura 17);
Vasques (2015, p. 111, Figura 1)

Figura 3
Máscara de múmia de Afrodite



Acervo: Museu Britânico
Número de inventário: EA69020
Proveniência: Fayum
Datação: 50-70 EC
©The Trustees of the British Museum
shared under a Creative Commons
Attribution-NonCommercial-
ShareAlike4.0International (CCBy-
NC-SA4.0) licence.

Figura 4
Retrato funerário



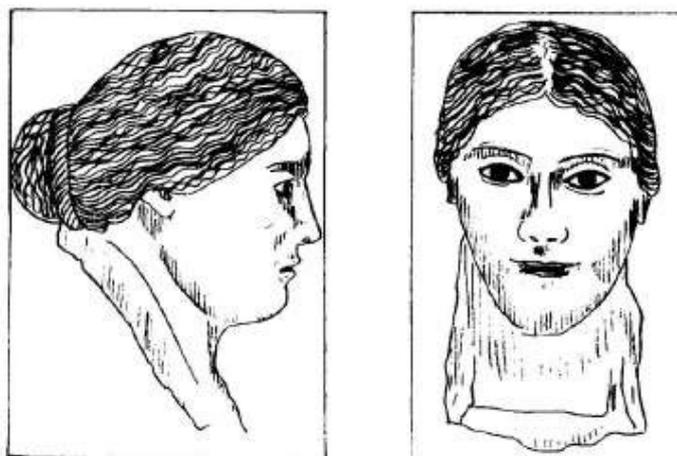
Acervo: Museu Britânico
Número de inventário: EA74713
Proveniência: Fayum
Datação: 55-70 EC
©The Trustees of the British Museum
shared under a Creative Commons
Attribution-NonCommercial-
ShareAlike4.0International (CCBy-NC-
SA4.0) licence.

Figura 5
Máscara de gesso



Acervo: Museu Britânico
Número de inventário: EA24780
Proveniência: Tuna el-Gebel
Datação: 120-150 EC
©The Trustees of the
British Museum shared
under a Creative Commons
Attribution-NonCommercial-
ShareAlike4.0International
(CCBy-NC-SA4.0) licence.

Figura 6
Máscara de gesso (reprodução)



Acervo: Museu do Cairo
Número de inventário: sem número
Proveniência: Tuna el-Gebel
Datação:
Desenho: Camila Vasques da Silva
Fonte: Grimm (1974, tafel 88, fig. 3.4);
Vasques (2005, v. 2, p. 131, Figura 262);
Vasques (2015, p. 123, Figura 4).

O segundo ponto a considerar em relação à perspectiva espacial é o fenômeno urbano, que não deixa de estar junto à ideia de um Império Romano global. Um autor cujas ideias possibilitam pensarmos a respeito da religiosidade e das trocas culturais no espaço urbano e no contexto imperial romano é Jörg Rüpke (2020). A preocupação de Rüpke diz respeito ao espaço citadino propriamente dito. Para ele, o “city-space” compreende as formas estruturais e espaciais, assim como os processos e agenciamentos, e é capaz de proporcionar grandes mudanças nas religiões mediterrânicas (Rüpke, 2020, p. 9), que estão imersas no contexto de um Mediterrâneo conectado.

A necrópole pode ser considerada um contraponto à cidade. Na necrópole podemos observar comportamentos e condutas dos vivos em relação aos mortos, que mostram as relações sociais, a preocupação com a memória do indivíduo e

de seu grupo social e a crença na vida após a morte, segundo a perspectiva da religião egípcia tradicional. A compreensão dos enterramentos perpassa também pela percepção das relações contextuais, entre as áreas de sepultamento e os assentamentos a elas contemporâneos (Hodder; Hutson, 2003, p. 189).

Dentro desta perspectiva urbana, destacamos o fenômeno que chamamos de “individuação”, o qual é tratado por Rüpke como próprio do período helenístico e do Império Romano, sendo uma expansão do conceito de “Eu” com a formação das identidades urbanas. Paul Veyne já havia chamado a atenção para algo semelhante, quando aponta que o poder centralizado nas mãos do imperador teria produzido uma “soberania de si”, de certa forma criando uma independência individual do poder imperial, resultado da expansão de pequenas cidades-estados para um grande Império (Veyne, 2000, p. 48; Montserrat, 1996, p. 8-9). Os processos de imigração do período helenístico e romano, as situações novas nos contextos coloniais e a promoção da cidadania ao indivíduo, são elementos que podem desencadear os processos de individuação, associados à noção do “eu”. Não quer dizer que esse processo fosse inexistente no Egito na época faraônica, mas sim que o domínio romano e sua forma de organização administrativa, propiciou o aceleração do processo, associado à vida em um ambiente urbano, com uma educação grega, a presença de banhos romanos, de jogos e apresentações teatrais. São modos de vida “urbanos”, que podem ser associados a uma elite cidadina.

O tema da urbanização e do que considerar como sendo “cidade” no Egito é motivo de debate entre os estudiosos. Os critérios que normalmente são utilizados para considerar o urbanismo são de difícil aplicação para o mundo antigo e para o caso egípcio, em especial. Um deles é a questão do status social. Por este critério, haveria somente quatro cidades no Egito, exatamente as que tinham o estatuto de pólis: Alexandria, Ptolemais Hermiou, Náucratis e Antinoópolis (fundada em 130 EC). Além das poleis, existiam as metrópoles (capitais dos nomos) e as *komai*, as aldeias (Vasques, 2014, p. 55). Essa forma de hierarquia entre os assentamentos egípcios variou conforme a época. As metrópoles egípcias, por exemplo, cidades importantes e capitais dos nomos foram, com o tempo, igualadas às poleis do Egito, culminando com a criação do conselho municipal por Septímio Severo, em 202⁵, e a predominância da administração cidadina

⁵ Bowman e Rathbone (1982, p. 108) colocam a data da concessão entre 200 e 201 EC.

feita por meio de liturgias a cargo da elite local (Pensabene, 1993, p. 4). Um segundo critério seria o predomínio de atividades urbanas na cidade e das rurais nas aldeias. Mas essa distinção, muitas vezes, torna-se difícil para o Egito, embora não seja totalmente impossível.

Para o Egito Romano, o fator apontado como mais coerente para definir a urbanização diz respeito ao tamanho da população de um assentamento, com uma maior concentração de população nas cidades em detrimento das aldeias. As informações para esses dados são coletadas de papiros (Alston; Alston, 1997, p. 199). Um exemplo de cálculo é o da cidade de Oxyrhynchus. Em 199, a administração local contratou equipes de padeiros para processar 20 *artabai*⁶ de grão de trigo por dia, o que significa uma produção diária de 120 *artabai* e uma produção mensal de 3.600 *artabai*. O grão, então, era distribuído para os homens habitantes das metrópoles (provavelmente aqueles cadastrados no censo romano). A partir desses dados, a população da cidade foi calculada como sendo de aproximadamente 11.901 pessoas (Alston; Alston, 1997, p. 200-201). A quantidade maior de referências a padarias nas metrópoles pode indicar que sua população recebia doação de pães, ao invés de fabricá-los ela mesma, em contraste com a produção doméstica do campo. Uma cidade maior, como Hermópolis Magna, teria cerca de 58.429 habitantes, em 275, e se enquadraria no critério de cidades do segundo escalão, abaixo de Alexandria, com seus 300 mil habitantes. No terceiro patamar estariam cidades do Fayum, como Karanis, com 3.316 habitantes, em 150, e Filadélfia, com 2.502-2.851 habitantes por volta de 32-33 (Alston, Richard; Alston, Robert, 1997, p. 204).

Atividades comerciais, sobretudo àquelas associadas ao comércio de longa distância, eram mais comuns nas cidades, como no caso dos mercadores de vinho, tintureiros, ourives e marinheiros (Alston; Alston, 1997, p. 206). As casas mais espaçosas e luxuosas, com mais de um andar, estavam no ambiente urbano, onde predominava também uma população masculina e tinha uma maior quantidade de escravizados (Alston; Alston, 1997, p. 208-209). O Egito era um país populoso. Na época romana deveria ter aproximadamente 6 milhões de habitantes (Scheidel, 2001, p. 183, p. 247),

⁶ A *artaba*, plural *artabai*, era uma medida de capacidade para produtos secos, mas que não era fixa. No Egito Romano, o padrão situava-se por volta de 38,8 litros, sendo que uma *artaba* de medida de trigo equivalia a aproximadamente 30,2 quilogramas (Bowman, 1996, p. 237).

com uma população urbana de cerca de 1,75 milhões, perfazendo 37% da população do país, uma cifra alta para a Antiguidade (Bagnall; Frier, 1995, p. 56; Vasques, 2005, p. 20).

A principal diferença entre a população da cidade e a da área rural era o critério étnico e cultural, com a predominância dos chamados “gregos” do Egito nas cidades e os egípcios nativos no campo. Esses “greco-egípcios” eram aqueles habitantes do Egito que podiam comprovar uma ancestralidade grega ou macedônica, ainda que estivessem miscigenados com os egípcios, sobretudo em decorrência dos casamentos dos imigrantes com mulheres nativas. Eram esses indivíduos que frequentavam a instituição do *gymnasium*, que, no período romano, concentrava-se nas metrópoles e era um critério de diferenciação estabelecido pela administração romana (Alston; Alston, 1997, p. 215; Bowman; Rathbone, 1982, p. 121). A criação de comunidades helênicas, no início do governo romano, é um indício de um tipo de municipalização romana efetuada por Augusto, nos moldes das velhas cidades gregas das outras províncias (Bowman; Rathbone, 1982, p. 108).

Enterramentos à moda egípcia, com mumificação, não foram os únicos no Egito Romano. Mas eram maioria. As máscaras funerárias, assim como os retratos e outras coberturas corporais da múmia, eram de indivíduos que pertenciam à elite cidadina, sejam das poleis situadas no Egito (Alexandria, Ptolemais Hermiou, Náucratis e Antinoópolis) ou das metrópoles, capitais dos nomos. Esses indivíduos da elite da cidade deveriam participar de instituições próprias da municipalidade romana e da educação grega, comum no Egito desde o período ptolomaico e favorecida pela administração romana. Na morte demonstram um desejo de memorização em relação à sociedade dos vivos e à sociedade dos mortos, na crença de uma perpetuação de sua identidade e status social no Além, na Duat, o mundo dos mortos egípcio.

Enquanto a caracterização do indivíduo pertencente à elite cidadina é perceptível na face dos mortos (máscaras e retratos) com seus penteados e adornos baseados na moda imperial, e nas suas coberturas corporais, sobretudo do peitoral que representam túnicas com *clavus*, em outras partes do material funerário, que cobrem o corpo, estão representadas divindades funerárias egípcias, com predominância das figuras de Osiris, Anúbis, Ísis e Néftis. As escolhas locais, dessa elite “greco-egípcia”, perpassavam pela constituição histórica das cidades e suas possibilidades de conexão espacial, sobretudo a partir de rotas comerciais, cujo centro principal era Alexandria, ponto de ligação com o Mediterrâneo e o Império como um todo. O mundo

dos mortos não estava à parte da vida em sociedade. Além de serem receptáculos da memorização dos antepassados da família, na concepção egípcia de mundo, os mortos eram partícipes da vida em sociedade.

À guisa de conclusão, reiteramos que nosso objetivo não foi analisar em detalhes o material funerário do Egito Romano, em si mesmo deveras amplo e complexo, que precisa ser contextualizado, conforme as condições sócio-históricas da região egípcia aos quais pertencem. Pretendemos simplesmente apontar as possibilidades de pesquisa aventadas pelos estudos da espacialidade. Por isso, destacamos dois vieses que, a nosso ver, são complementares. O primeiro é o que chamamos de glocalização, ou seja, pensar o global e o local, o Império Romano e os agenciamentos locais (Hingley, 2005). Essa perspectiva de análise pode ser combinada com a ideia de um Mediterrâneo conectado, que se enriquece se expandido para a verificação das rotas marítimas também de outros mares, como o Mar Vermelho, e terrestres, como é o caso da Via Nova Adriana. O segundo viés é a ideia de o espaço urbano propiciar o fenômeno da individuação no período imperial romano (Rüpke, 2020). Tal fenômeno pode ser observado na busca de uma manutenção de status social, espelhada nas construções urbanas, aos moldes gregos e romanos e nas faces dos mortos das elites locais. Outrossim, acreditamos que o emaranhamento material (Stockhammer, 2012), observável nos artefatos egípcios do período romano, torna-se mais claro e propício para análise se for considerado a partir de uma perspectiva espacial.

Referências bibliográficas

- ACKERMANN, Andreas. Cultural hybridity: between metaphor and empiricism. In: STOCKHAMMER, Philipp (ed.). *Conceptualizing cultural hybridization: a transdisciplinary approach*. Heidelberg: Springer, 2012, p. 5-25.
- ALSTON, Richard; ALSTON, Robert D. Urbanism and the urban community in Roman Egypt. *The Journal of Egyptian Archaeology*, London, v. 83, p. 199-216, 1997.
- AUBERT, Marie-France; CORTOPASSI, Roberta. *Portraits funéraires de l'Égypte Romaine*. I. Masques en Stuc. Musée du Louvre. Département des Antiquités Égyptiennes. Catalogue. Paris: Réunion des Musées Nationaux, 2004.
- BAGNALL, Roger S.; FRIER, Bruce W. *The demography of Roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BORG, Barbara. Portraits. In: RIGGS, Christina (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 828-850.

- BOWMAN, Alan K. *Egypt after the Pharaohs 332 BC-AD 642: from Alexander to the Arab Conquest*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1996.
- _____.; RATHBONE, Dominic. Cities and Administration in Roman Egypt, *Journal of Roman Studies*, Cambridge, v. 82, p. 107-127, 1982.
- CAPPONI, Livia. *Augustan Egypt: The Creation of a Roman Province*. New York/ London: Routledge, 2005.
- CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.
- CORBELLI, Judith A. *The Art of Death in Graeco-Roman Egypt*. Buckinghamshire: Shire Publications, 2006. (Shire Egyptology)
- DOXIADES, Euphrosyne. *The mysterious Fayum portraits: faces from Ancient Egypt*. London: Thames & Hudson, 2000.
- GATES-FOSTER, Jennifer. The Eastern Desert and the Red Sea Ports. In: RIGGS, Christina (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 991-1007.
- GRIMM, Günther. *Die Römischen Mumienmasken aus Ägypten*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GMBH, 1974.
- HINGLEY, Richard. *Globalizing Roman Culture. Unity, diversity, and empire*. New York: Routledge, 2005.
- _____. *Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- HODDER, Ian; HUTSON, Scott. *Reading the past: current approaches to interpretation in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: a study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.
- MATTINGLY, David. *Imperialism, power, and identity: Experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- MONTSERRAT, Dominic. *Sex and Society in Graeco-Roman Egypt*. London: Columbia University Press, 1996.
- PENSABENE, Patrizio. Elementi Architettonici di Alessandria e di Altri siti Egiziani. *Repertorio d'Arte Dell'Egitto Greco-Romano*. Serie C – Volume III. Roma: “L'ERMA” di BRETSCHNEIDER, 1993.
- REVELL, Louise. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

- RIGGS, Christina. *The Beautiful Burial in Roman Egypt: Art, Identity, and Funerary Religion*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- ROWLANDS, Michael. Centre and periphery: a review of a concept. In: ROWLANDS, Michael; LARSEN, Mogens; KRISTIANSEN, Kristian (ed.). *Centre and periphery in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 1-11. (New Directions in Archaeology)
- RÜPKE, Jörg. *Urban Religion: a historical approach to urban growth and religious change*. Berlin; Boston: De Gruyter, 2020.
- SALES, José das Candeias. A Pedra de Roseta – pedra angular da ciência egiptológica. In: *Estudos de Egiptologia: temáticas e problemáticas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 37-66.
- SCHEIDEL, Walter. *Death on the Nile: disease and the demography of Roman Egypt*. Leiden: Brill, 2001.
- STOCKHAMMER, Philipp W. Conceptualizing cultural hybridization in Archaeology. In: *Conceptualizing cultural hybridization: a transdisciplinary approach*. Heidelberg: Springer, 2012, p. 43-58.
- STRABON. *Géographie* (Livre XVII 1ª partie. L'Égypte et l'Éthiopie nilotique). Paris: Les Belles Lettres, 2015.
- TACOMA, Laurens E. Settlement and Population. In: RIGGS, Christina (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 187-205.
- VASQUES, Marcia Severina. *Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. v. 1.
- _____. *Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. v. 2.
- _____. Espaços urbanos e relações de poder no Egito Romano. *Romanitas – Revista de estudos Grecolatinos*, Vitória, v. 3, p. 47-64, 2014.
- _____. *Máscaras funerárias do Egito Romano: crenças funerárias, etnicidade e identidade cultural*. Rio de Janeiro: Publit, 2015.
- _____. Propaganda e resistência no Egito Romano: a estela de Cornélio Galo. *Mare Nostrum*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 31-55, 2020.
- VEYNE, Paul. O Império Romano. In: VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada*. 1. Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 19-224.